

Experiência na Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde assinou convênio de cooperação com a Associação Paulista de Medicina (APM) visando estabelecer novo tipo de gerenciamento para sua rede hospitalar. O acordo prevê uma experiência-piloto de seis meses numa unidade problemática da rede — o Hospital de Campo Limpo. Para avaliar o alcance da decisão, convém saber que esse hospital funciona com 7,3 funcionários por leito quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um máximo de três. Se a experiência der resultado, será estendida para outras 15 unidades da rede municipal de saúde. Interesse da iniciativa privada em participar existe: na concorrência pública aberta pela APM, nove empresas apresentaram proposta para prestação de serviços.

O secretário da Saúde, Silvano Raia, insiste no caráter de "parceria" do convênio assinado. Esta prudência é mais do que justificada. Existem obstáculos de ordem legal bastante sérios impedindo um efetivo enxugamento da máquina, e eles nem sempre são compreendidos pela iniciativa privada. Esses obstáculos impõem uma lógica de tal maneira resistente à racionalidade econômica que põem a perder qualquer esforço de regeneração. Quando o secretário Raia admite que o grande problema para fazer a rede municipal de saúde funcionar "não é dinheiro, mas funcionários motivados", a frase do presidente da APM, José Knoplich: "Quem não quiser trabalhar com a APM vai ser transferido para outra unidade", revela um quase desconhecimento de que a resistência à mudança em órgãos públicos tem muitos sentidos. É preciso lembrar que, em agosto de 1991, em plena administração "democrática e popular" petista, quando a Prefeitura remanejou médicos (apenas eles e não funcionários), foi preciso a presença da Polícia Militar para conter tapas e socos, e proteger a cúpula da secretaria que pretendia apenas transferir médicos de um hospital para outro. Na ocasião, apareceu até um deputado do próprio PT para emprestar solidariedade aos "funcionários oprimidos"...

Indiscutivelmente, alguma coisa precisa ser feita para pôr ordem no descabro em que vive a saúde pública municipal. Quando o Conselho Regional de Medicina investigou no primeiro trimestre deste ano unidades da rede de saúde

municipal e estadual, no Hospital de Campo Limpo, na hora da visita do CRM, apenas 9 médicos estavam trabalhando — no entanto, o plantão normal era composto de 28 profissionais. A mesma

investigação demonstrou que a deficiência em recursos humanos só não é maior do que a encontrada "nos materiais de consumo diário e estrutura física". Para se ter uma idéia do tipo de problema que o modo de gestão empresarial enfrentará nessa experiência-piloto, convém ter presente que o secretário Raia lembrou sem cerimônia, quando da assinatura do convênio, que para essa unidade "no ano passado foram comprados 17 mil termômetros e não existe mais nenhum no hospital".

A soma de tantos problemas permite antever dificuldades de toda a ordem nessa experiência de gerenciamento de uma instituição de saúde pública por métodos da iniciativa privada. Do mesmo modo que é necessário, indispensável mesmo, fazer a experiência, deve-se ter cautela na aplicação dos novos métodos e na avaliação de seus resultados. Sugerir, como o já aventado, que o médico que atender 16 pacientes em quatro horas receberá o mesmo salário de antes, mas se dobrar o número de pacientes receberá um "extra compensador", é procedimento administrativo que pode provocar celeumas bem ou mal fundamentadas na ética médica.

A demonstração de eficiência do novo sistema de gerenciamento não pode ser apenas quantitativa. Se é um absurdo que no Hospital de Campo Limpo o custo diário de um leito seja de US\$ 240 (quando o de um hospital particular padrão A não ultrapassa US\$ 180), qualquer alteração meramente contábil desses números não significará mais saúde para o paulistano. Como disse o secretário Silvano Raia, saúde pública não é apenas uma questão de dinheiro em caixa.

**Embora
necessária, a
experiência da
Prefeitura deve
ser levada com
cautela**